

Mudam-se os tempos, muda-se a gramática

Inês Duarte

isduarte@sapo.pt

*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*

O estado dos conhecimentos sobre a linguagem e as línguas e a função social que lhe tem sido atribuída em diferentes épocas e sociedades têm como consequência que o conceito de gramática seja ele próprio variado e variável. Ora identificada com a familiarização com a variante literária, ora preocupada com o rastreio da genealogia de uma língua ou família de línguas, ora concebida como um preceituário de bons usos, ora vista como a descrição da língua-E, ora entendida como a explicitação do conhecimento intuitivo do falante nativo, permanece em muitas obras gramaticais da segunda metade do século XX uma tensão entre propósitos descritivos e normativos, alguma promiscuidade entre diferentes estádios de língua, um predomínio dos dados do modo escrito, em particular, da sua variante literária.

As seguintes notas soltas ilustram suficientemente o que acabei de afirmar.

Dionísio de Trácia e a escola de Alexandria inauguram uma concepção de gramática ainda hoje muito representativa entre os não especialistas: a da visão instrumental da gramática como “porta” de acesso ao estilo dos poetas e prosadores, uma espécie de propedêutica à leitura das obras literárias.

No século XVIII, quando a reforma pombalina põe em prática o preceito revolucionário, para a época e para o reino, do ensino da língua materna, prévio ao do latim, é a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* de Reis Lobato, publicada em 1770, que vem servir este propósito.



Para este gramático,

Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente.

(Reis Lobato, 1770: VII).

E, mais adiante:

Ninguém pôde duvidar do grande proveito, que alcança cada hum em saber a Grammatica da sua mesma lingua; porque não somente consegue fallalla com certeza, mas tambem fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra. A razão disto he claríssima; porquanto na Grammatica materna, de que já o uso nos tem ensinado a prática das suas regras, sem difficuldade se aprendem muitos principios, que são communs a todas as linguas; e por isso todo aquelle, que della tiver perfeita sciencia, quando passar para o estudo de qualquer lingua estrangeira, assim como a Latina, levará hum grande adiantamento por saber já o que he Nome, o que he Verbo, e a natureza, e propriedade de todas as partes do discurso, e o modo com que se unem estas na oração.

(Reis Lobato, 1770: X-XI).

Nesta duas passagens da *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, coexistem lado a lado propósitos normativos (“para se fallar sem erros”), a concepção moderna de que o conhecimento explícito das unidades e regras da língua materna é facilitador da aprendizagem de uma língua estrangeira e a tradição racionalista bebida na *Grammaire de Port-Royal* (“para se saberem os

fundamentos da língua, que se falla usualmente”; “muitos principios, que são communs a todas as línguas”) à qual, nos anos sessenta do século XX, quando a investigação em genética, neurobiologia e psicologia cognitiva ensaiava os seus primeiros passos, Chomsky vai buscar os fundamentos para a defesa do órgão da linguagem.

Século e meio mais tarde, no prefácio à 1.^a edição da sua obra *The Philosophy of Grammar*, datado de Janeiro de 1924, Otto Jespersen afirmava

I am firmly convinced that many of the shortcomings of current grammatical theory are due to the fact that grammar has been chiefly studied in connexion with ancient languages known only through the medium of writing, and that a correct apprehension of the essential nature of language can only be obtained when the study is based in the first place on direct observation of living speech and only secondarily on written and printed documents. In more than one sense a modern grammarian should be novarum rerum studiosus.

[Jespersen, 1924: 7]

Todos temos consciência de que as palavras de Jespersen mantêm actualidade. A persistência do pensamento normativo, implícito em muitas gramáticas vindas a lume no século XX, sobrevive exemplarmente na opinião que o cidadão médio tem de um gramático: alguém que legisla sobre o que o uso linguístico de cada um deve ser, alguém que conhece a etimologia de todos os vocábulos da língua e dela erradica os que não possuem prova de vida centenária, alguém que, pela convivência íntima com as obras do cânone literário, absorveu e reproduz as formas correctas e elevadas do bem escrever e por extensão, estranhamente, do bem falar. No pólo oposto, têm surgido tentativas de descrição gramatical em que se assume a fórmula jesperseniana de gramático como *novarum rerum studiosus*, na ausência de qualquer reflexão sobre critérios que permitam filtrar e situar as ocorrências consideradas dados de língua.

Ocuparei a primeira parte desta conferência mostrando como, muitas décadas após a distinção saussuriana entre sincronia e diacronia, a descrição gramatical pôde continuar a assumir-se pancrónica, reproduzindo como factos linguísticos co-existentes no tempo séries históricas, e, ao mesmo tempo, pôde continuar a preservar uma das regras de ouro estruturalistas, que hoje sabemos dever desrespeitar: a de manter estritamente independentes os níveis de análise gramatical.

Na segunda parte, falarei de obstáculos e dificuldades que o linguista enfrenta quando, neste início de século XXI, se propõe fazer descrição gramatical.

1. A ilustração do problema: os participios duplos

A pp. 449 da sua *Gramática da Língua Portuguesa*, Cuesta & Luz (1971) apresentam a seguinte lista d'os participios passados duplos mais empregados”:

| | | | | | |
|------------|------------------|-------------|------------|-------------------|-------------|
| Absorver | <u>absorto</u> | absorvido | Expulsar | expulso | expulsado |
| Aceitar | aceite | aceitado | Ganhar | ganho | ganhado |
| Acender | <u>aceso</u> | acendido | Gastar | gasto | gastado |
| Afligir | <u>afrito</u> | afligido | Imprimir | impresso | imprimido |
| Agradecer | <u>grato</u> | agradecido | Inquietar | <u>inquieto</u> | inquietado |
| Assentar | assente | assentado | Juntar | <u>junto</u> | juntado |
| Atender | <u>atento</u> | atendido | Libertar | liberto | libertado |
| Cativar | <u>cativo</u> | cativado | Limpar | limpo | limpado |
| Cegar | <u>cego</u> | cegado | Manifestar | <u>manifesto</u> | manifestado |
| Completar | <u>completo</u> | completado | Matar | morto | matado |
| Convencer | <u>convicto</u> | convencido | Morrer | morto | morrido |
| Corrigir | <u>correcto</u> | corrigido | Nascer | <u>nato, nado</u> | nascido |
| Cultivar | <u>culto</u> | cultivado | Ocultar | <u>oculto</u> | ocultado |
| Descalçar | <u>descalço</u> | descalçado | Pagar | pago | pagado |
| Dirigir | <u>direito</u> | dirigido | Prender | preso | prendido |
| Dissolver | <u>dissoluto</u> | dissolvido | Romper | <u>roto</u> | rompido |
| Distinguir | <u>distinto</u> | distinguido | Salvar | salvo | salvado |
| Eleger | eleito | elegido | Secar | <u>seco</u> | secado |
| Entregar | entregue | entregado | Soltar | solto | soltado |
| Envolver | envolto | envolvido | Tingir | <u>tinto</u> | tingido |
| Escurecer | <u>escuro</u> | escurecido | | | |

As autoras introduzem esta lista com o seguinte comentário:

(...) Esquecida a sua proveniência verbal, a maior parte destes participios são usados como simples adjectivos (cego, cativo, livre) ou inclusive como substantivos (progresso, reduto).

Quando os participios passados coexistem com um valor verbal (...), costuma utilizar-se a forma irregular com o verbo estar ou, na passiva, com ser, (...) e a forma regular para a formação dos tempos compostos com os auxiliares ter e haver (...)

[Cuesta & Luz, 1971: 448-449]

Por sua vez, Cunha & Cintra (1984), a pp. 441-442, apresentam a lista d “os principais verbos ABUNDANTES no particípio”, organizada por conjugações. Nesta lista, não estão incluídos os seguintes verbos presentes na lista de Cuesta & Luz (1971):

1.^a conjugação

cativar, cegar, cultivar, descalçar, ganhar, gastar, inquietar, juntar, libertar, limpar, manifestar, ocultar, pagar, secar

2.^a conjugação

agradecer, convencer, dissolver, envolver, escurecer, nascer

3.^a conjugação

afligir, corrigir, dirigir, tingir

Mas encontram-se os verbos que se seguem, ausentes da lista de Cuesta & Luz (1971):

1.^a conjugação

| | | |
|------------------|-------------------|-----------------------------------|
| <i>Enxugar</i> | <i>enxugado</i> | <u><i>enxuto</i></u> |
| <i>Expressar</i> | <i>expressado</i> | <u><i>expresso</i></u> |
| <i>Isentar</i> | <i>isentado</i> | <u><i>isento</i></u> ¹ |

2.^a conjugação

| | | |
|-------------------|------------------|-----------------------|
| <i>Benzer</i> | <i>benzido</i> | <u><i>bento</i></u> |
| → <i>Incorrer</i> | <i>incorrido</i> | <u><i>incurso</i></u> |

3.^a conjugação

| | | |
|------------------|-------------------|------------------------|
| → <i>Emergir</i> | <i>emergido</i> | <u><i>emerso</i></u> |
| <i>Exprimir</i> | <i>exprimido</i> | <u><i>expresso</i></u> |
| <i>Extinguir</i> | <i>extinguido</i> | <u><i>extinto</i></u> |

¹ No CETEMPúblico, há 9 ocorrências de *isentado* nos tempos compostos e em passivas verbais e 793 ocorrências de *isento* em frases copulativas e em posição atributiva. Destas 793, apenas uma pode admitir uma análise como passiva verbal.

| | | |
|------------------|-------------------|----------------------------|
| <i>Frigir</i> | <i>frigido</i> | <i>frito</i> |
| → <i>Imergir</i> | <i>imerso</i> | <i>imerso</i> ² |
| <i>Inserir</i> | <i>inserido</i> | <u><i>inserto</i></u> |
| <i>Omitir</i> | <i>omitido</i> | <u><i>omisso</i></u> |
| <i>Submergir</i> | <i>submergido</i> | <i>submerso</i> |

A estas listas, seguem-se as seguintes observações:

1.^a Somente as formas irregulares se usam como adjectivos e são as únicas que se combinam com os verbos *estar, ficar, andar, ir e vir*.

(...)

3.^a Morto é o participípio de morrer e estendeu-se também a matar.

4.^a O participípio rompido usa-se também com o auxiliar *ser* (...). Roto usa-se mais como adjectivo.

5.^a Imprimir possui duplo participípio quando significa “estampar”, “gravar” Na acepção de “produzir movimento”, “infundir”, usa-se apenas o participípio em -ido. (...)

(...)

7.^a Muitos participípios irregulares, que outrora serviam para formar tempos compostos, caíram em desuso. (...) Alguns como absoluto (*de absolver*) e resolutivo (*de resolver*), continuam na língua, mas com valor de adjectivos.

[Cunha & Cintra, 1984: 442]

Submetamos a escrutínio estas listas e as passagens que acabei de citar.

Embora Cuesta & Luz (1971) afirmem explicitamente que muitas das formas que etimologicamente foram participípios irregulares se usam como adjectivos, (i) não dão indicação de quais elas sejam e (ii) continuam a listá-las como participípios verbais. Assim, todas as formas que aparecem sublinhadas na folha que distribuí deveriam estar classificadas como adjectivos, o que reduz para mais de metade a sua lista de 41 verbos com formas duplas participiais. Por outro lado, não integram a lista verbos relativamente correntes que, de acordo com o critério etimológico adoptado pelas autoras, aí deveriam figurar (como *exprimir* ou *extinguir*, por exemplo). Finalmente, Cuesta & Luz (1971)

² No CETEM/Público, há uma ocorrência do adjectivo *imerso*, no poema *Ao Diário Ilustrado*, de Cesário Verde (*E o sultão em regra em vinhos imergido, / Pisado pelo chão, rojou-se p’ra janela.*), contra 68 ocorrências de *imerso*.

não referem que há formas irregulares que estão a invadir o terreno das formas regulares, assunto a que voltarei mais adiante.

Já Cunha & Cintra (1984) propõem uma lista mais reduzida, conscientes de que muitas das formas que etimologicamente são participípios irregulares foram recategorizadas como adjectivos (embora, evidentemente, não usem esta terminologia). Mesmo assim, as formas sublinhadas na folha que distribuí já são categorialmente adjectivos.

Um problema comum a ambas as obras é o da não consideração das subclasses de verbos quando se refere a distribuição complementar das formas participiais regulares e irregulares. Com efeito, só com verbos transitivos é possível testar tal distribuição, uma vez que, nos restantes casos, apenas temos disponíveis a formação dos tempos compostos e as construções copulativas (ou outras aparentadas). Ora, nestas últimas, as formas participiais comportam-se como adjectivos, como o mostra o facto de nestes contextos ocorrerem formas adjectivais derivadas de participípios verbais como *impensado* ou *inacabado*. Pertencem a este grupo os verbos inacusativos *nascer*, presente na lista de Cuesta & Luz (1971), *emergir* e *imersar*, constantes da de Cunha & Cintra (1984). Por maioria de razão, devem ser excluídos verbos inergativos, cujas formas participiais nunca podem ocorrer em construções copulativas, como acontece com o verbo *incorrer*, presente na lista de Cunha & Cintra (1984).

Retomemos agora o problema da distribuição complementar das formas participiais regulares e irregulares com verbos transitivos. Numa pesquisa rápida no *corpus* CETEMPúblico, pude recolher os seguintes dados:

| <i>tem/tinha</i> V _{pp} | | | | |
|----------------------------------|-----------|-----|------------|----|
| aceitar: | aceite: | 105 | aceitado: | 35 |
| entregar: | entregue: | 73 | entregado: | 14 |
| expulsar: | expulso: | 9 | expulsado: | 2 |
| matar: | morto: | 40 | matado: | 15 |
| pagar: | pago: | 164 | pagado: | 0 |

Estes dados ilustram e corroboram a tendência de certos verbos transitivos muito frequentes, que ainda mantêm, para muitos falantes, formas duplas participiais, para privilegiarem a forma irregular.

No pólo oposto, a pesquisa, no mesmo *corpus*, para os verbos *benzer* e *submergir*, deu o seguinte resultado (não existe nesta amostra nenhuma ocorrência para *tem/tinha* V_{pp} com qualquer destes verbos):

| | <i>é/foi</i> V _{pp} | | <i>está</i> A | |
|------------|------------------------------|-------------|---------------|--------------|
| benzer | benzido: 6 | bento: 0 | benzido: 0 | bento: 0 |
| submergir: | submergido: 6 | submerso: 5 | submergido: 1 | submerso: 13 |

No caso de *benzer*, é claro o desaparecimento como forma verbal do participípio etimológico irregular. De resto, no *corpus* considerado, a forma “bento” surge com maior frequência como nome próprio ou nome de família, e regista poucas ocorrências como adjectivo em posição atributiva, exclusivamente nas expressões “ano bento” e “pão bento”. No caso de *submergir*, ainda competem ambas as formas na voz passiva, sendo, contudo, claramente a forma irregular a aparecer categorizada como adjectivo nas construções copulativas.

Em síntese, no português (europeu) contemporâneo, nem a lista de verbos abundantes no participípio é tão longa quanto no-la apresentam as duas obras que tenho vindo a comentar, nem é tão estática quanto elas nos levam a crer. Em particular, (i) muitas formas irregulares foram já há muito recategorizadas como adjectivos pelos falantes, (ii) não faz sentido incluir nelas verbos de subclasses distintas dos transitivos e ditransitivos, (iii) em muitos casos em que coexistem ainda as duas formas participiais verbais, assiste-se a uma competição em que se observam duas tendências opostas: nos verbos mais frequentes, as formas irregulares estão a ganhar terreno como formas verbais, nos restantes, parecem ser as formas regulares a ocupar o terreno como formas verbais.

Na história de outras línguas, encontramos exemplos análogos. Ao estudar a evolução dos participípios duplos em Inglês, Taylor (1994) mostra que a direcção foi no sentido da criação de formas regulares, e que a maioria destas formas foi introduzida entre os séculos XIII e XV, devido ao empréstimo em larga escala de propriedades dos dialectos setentrionais no inglês escrito.

Estes dialectos sofreram o efeito dos numerosos imigrantes escandinavos que se fixaram no norte e nordeste de Inglaterra, em áreas fracamente povoadas por Saxões, no período das invasões vikings. Os imigrantes escandinavos adquiriram o inglês como língua segunda, com os fenómenos de simplificação conhecidos, entre os quais a regularização dos paradigmas flexionais dos verbos. Como resultado, as formas irregulares mantiveram-se nos verbos mais frequentes, enquanto os menos frequentes foram o alvo preferencial do processo de regularização. O efeito de frequência na opção pelas formas

irregulares pode ser explicado se assumirmos que as formas irregulares estão armazenadas como entradas independentes no nosso léxico mental, enquanto as formas regulares são derivadas a partir do radical ou do tema, por um “motor” morfológico, hipótese a favor da qual Pinker (1994), entre outros, apresenta evidência psicolinguística.

A pergunta evidente é a seguinte: por que razão a competição entre as duas formas foi rapidamente resolvida em inglês e está ainda em curso com vários verbos em português?

A resposta pode residir no *Blocking Effect*, um princípio morfológico proposto por Aronoff (1976). De acordo com este princípio, perante formas concorrentes que exerçam as mesmas funções, o processo de mudança acaba por privilegiar uma delas e eliminar a outra. Assim, as crianças nascidas em comunidades bilingues inglesas-escandinavas no período do *Middle English*, estavam expostas a *input* linguístico contendo formas duplas, e, durante algumas gerações, usaram ambas as formas. Mas o *Blocking Effect* acabou por prevalecer, levando à eliminação de uma delas.

Podemos especular que a rapidez com que o processo se desenrolou em inglês se deve à ausência de marcas morfológicas que permitissem identificar contextos privativos para cada uma das formas: nem as formas participiais usadas na passiva nem os adjectivos recebem marcas próprias de número e género. Pelo contrário, em português, tais marcas distinguem os adjectivos e as formas participiais seleccionadas pelo auxiliar da passiva das seleccionadas pelos auxiliares dos tempos compostos. Esta diferença morfológica terá permitido tanto a recategorização como adjectivos das formas irregulares de muitos verbos como a distribuição complementar das duas formas participiais com outros verbos. Mas, com verbos muito frequentes que mantiveram até à actualidade participios verbais duplos, o *Blocking Effect* parece estar a operar, registando-se uma tendência para eliminar a forma regular.

2. Delimitação do objecto, critérios de validação dos dados

Assumamos a hipótese, hoje aceite generalizadamente nas ciências cognitivas, de que a espécie humana vem biologicamente equipada com um “órgão da linguagem”, o qual, para evoluir no sentido do conhecimento de uma língua específica, necessita de *input* externo.

De acordo com esta hipótese, aquilo a que chamamos o português, é o conhecimento estável atingido pelos falantes nativos que o adquirem espontaneamente como resultado do processo de interacção entre o órgão da linguagem e os dados linguísticos a que são expostos desde que nascem.

Este cenário obriga-nos necessariamente a reflectir sobre questões cruciais que orientarão as nossas escolhas quando produzimos descrição gramatical.

Em primeiro lugar, dada a heterogeneidade social e a dispersão geográfica de cada comunidade linguística, os dados do português que cada criança recebe como *input* não são exactamente os mesmos. É, portanto, necessário, delimitar a variedade social e geográfica que se pretende descrever. E, obviamente, decidir também se se põe o foco da descrição no conhecimento atingido pelos falantes de um dado conjunto de gerações ou, pelo contrário, em processos de mudança que séries históricas de registos atestam.

Em segundo lugar, é obrigatório privilegiar o uso como critério de delimitação do que pertence e do que não pertence à língua num dado intervalo temporal.

Em terceiro lugar, e em conformidade com os ensinamentos dos grandes mestres do século XX, é preciso ter consciência de que os produtos linguísticos do modo oral e do modo escrito não têm as mesmas propriedades.

Acabei de fazer afirmações básicas, aquelas que ensinamos aos nossos alunos nos seus primeiros contactos com a Linguística.

O que me proponho agora é reflectir sobre elas e problematizá-las.

A delimitação da variedade social e geográfica que se pretende descrever não é tarefa fácil. Um projecto em curso no CLUL, o CordialSIN, que já produziu resultados interessantes e cujo objectivo é encontrar propriedades sintácticas características de variedades dialectais do português, escolheu pontos de recolha distribuídos por todo o território continental e pelas ilhas. Assim, mais do que a caracterização sintáctica do conhecimento atingido pelos falantes nativos de uma dada variedade dialectal, o projecto desenhará, portanto, o retrato das características sintácticas que distinguem estas variedades daquilo que habitualmente designamos por língua padrão, norma padrão ou simplesmente padrão.

O que nos leva de imediato a reflectir sobre esse objecto esquivo que é a norma padrão. Paola Benincà, num texto de 1993, considera a norma padrão uma *koiné* (Benincà, 1993: 248), quer dizer, uma variedade comum a um conjunto de dialectos, da qual se eliminam as características particulares de cada um e na qual se conservam as propriedades gramaticais e o léxico mais consensuais. É assim o italiano padrão, sabidas que são as fundas diferenças dialectais que caracterizam a comunidade linguística do italiano, diferenças que têm dado origem, na última década, a uma profícua direcção de investigação, a da microvariação, onde são estrela os dialectos italianos setentrionais.

Violeta Demonte, num texto publicado em 2004, considera que é este também o caso do espanhol, o qual, graças à política linguística seguida pela

Real Academia Española e pelo Instituto Cervantes, pode apresentar-se com um padrão, cito, “multiareal y configura un modelo regido por un principio de coherencia o complementaridad (...) y no de dominio de um dialecto sobre otros.” (Demonte, 2004: 20).

No mesmo texto, a autora refere alguns princípios gerais que regularam a formação deste padrão que é, nas suas palavras, um superdialecto; ei-los: (i) a opção por reduzir o mais possível a distância entre a língua escrita e a língua falada, (ii) a aceitação da legitimidade de pronúncias alternativas, (iii) a globalização e a normalização do léxico e (iv) a concepção de que os fenómenos de variação sintáctica observados são casos de microvariação, acomodáveis naquilo que podemos considerar a mesma língua-E(xterna).

Entre os fenómenos de variação sintáctica característicos de variedades americanas referidos pela autora contam-se os seguintes:

- (i) Dequeísmo e queísmo
- (ii) Fuga ao *pied-piping* nas orações relativas, ora produzindo resumptivas – *El chico que su padre no lo quiere* – ora colocando a preposição à cabeça do antecedente – *Imaginate en las tonterías que habrá pensado*
- (iii) Semi-pseudo-clivadas – *Juan comía era papa*
- (iv) Concordância do verbo impessoal *haber*
- (v) Redobro dos clíticos com a função de complemento directo – *Lo quiero mucho a Juan*
- (vi) Presença de pronomes tónicos em posição de sujeito
- (vii) Objecto nulo definido – P: *Viste a Juan?* R: *Ví.*

Nesta lista, obviamente não exaustiva, reconhecemos fenómenos de variação sintáctica internos ao português europeu e outros que foram ou continuam a ser considerados casos de variação entre português europeu e português brasileiro.

Mas o problema da formação do padrão em português tem sido encarado de uma forma completamente diferente da de Benincà e Demonte. De facto, tomando como exemplo as estratégias disponíveis de formação das relativas, a tese de Tarallo de 1982 deu o mote: a estratégia cortadora é um produto inovador do português brasileiro. Perante a constatação de que esta estratégia, tal como a resumptiva, é usada no lado de cá do Atlântico, mesmo linguistas portugueses glosam este mote, como mostra o seguinte excerto de Peres & Móia (1995: 288):

(...) a variante do português que adoptamos não integra regularmente estas estruturas, mas é indubitável que a primeira [a resumptiva] é muito frequente e generalizada no discurso oral e a segunda [a cortadora] está progressivamente a ganhar terreno, possivelmente por influência do Português do Brasil.

Deixarei em suspenso o problema que consiste em definir os critérios que nos permitem afirmar que uma dada construção “é muito frequente e generalizada no discurso oral”³, problema que, aliás, todos nós enfrentamos, e deter-me-ei na afirmação, prudente embora, da influência do português brasileiro na expansão da estratégia cortadora.

Nas entrevistas editadas entre as páginas 87 e 101 do tomo 1 do *Português Fundamental. Métodos e Documentos*, encontrei as seguintes relativas cortadoras:

*Querem ouvir foguetes, muitos foguetes, nem que para isso às vezes se sujeitem ... até a desastres – o caso de há bocado, **que até falámos**, temos de ter seguros ... temos de estar muito acautelados com essas coisas –(...)*

(...) que é o caso do dia vinte e três que é a noite do são João,

(...)

que praticamente

(...)

***que praticamente não há nada** e que se vê, especialmente nesta avenida deste clube, milhares e milhares, centenas de milhares de pessoas, (...)*

*(...) creio que era um são ... um são bento, um são braz e, e outros **que não me lembro agora de repente.***

*(...) era para, para rematar o estudo da florbela, portanto levava mais uns poemas dela, **que se via aquela alma ansiosa**, à procura, à busca ...*

³ Curiosamente, Epiphânio, embora não lhes desse esse nome, considerava as resumptivas uma irregularidade, e apresenta a seguinte abonação de Manuel Bernardes:

*A natureza, negando-se-lhe a ordinaria razão de outros gostos, sente-o, e amua-se como menino que lhe tiram a merenda. [Manuel Bernardes, *Armas da Castidade*, apud Epiphânio (1918: 270)].*

o infinito (...) era um bocado do sebastião da gama do “diário”, que ele diz: (...)

(...) deve ser assim: a irmandade, e no domingo que há a coroação, quando a coroa, (...)

Trata-se, como sabemos, de entrevistas gravadas entre 1971 e 1974. Os entrevistados que produziram estas cortadoras viviam no Minho, no Alentejo e nos Açores, tinham idades compreendidas entre os 26 e os 62 anos e diferentes níveis de escolarização. Não tive tempo (nem paciência, confesso), para quantificar a razão entre as cortadoras e o total das relativas preposicionadas, o que deveria ter feito. De qualquer modo, 6 relativas cortadoras em 15 páginas não é pouco, e não creio que, na época em que estas recolhas foram feitas, uma época anterior à entrada nas nossas casas das telenovelas brasileiras, fosse sequer pensável invocar a influência do português brasileiro...

Mas podemos e devemos recuar ainda mais no tempo. Costa (2003), num trabalho sobre construções de relativização no século XV, regista a seguinte relativa, na *Partição de Nuno Vasquez*, datada de 1425: *Em tempo que era seu testor Joham afomso alluernaz seu tióó*. Uma genuína cortadora, em que é suprimida uma das preposições que os falantes do português contemporâneo mais frequentemente omitem: *em*.

Em síntese: o contraste entre o pensamento de linguistas como Benincà e Demonte e as afirmações de muitos linguistas brasileiros e portugueses sobre o padrão suscita inevitavelmente uma interrogação: existirá entre nós um défice de reflexão sobre o processo de formação do padrão ou esta diferença de pontos de vista deve-se exclusivamente a questões de política linguística?

Consideremos agora o problema da delimitação do objecto de estudo quando a descrição gramatical serve propósitos específicos em contextos de utilização diferenciados. Referirei apenas um deles, o contexto educativo.

Nos anos sessenta, pensava-se ingenuamente que o crescimento do “órgão da linguagem” terminava por volta dos cinco anos. Sabemos hoje que existem estruturas e processos linguísticos que só são adquiridas muito depois de as crianças iniciarem a escolaridade. A identificação desses processos e estruturas de aquisição tardia e da faixa etária em que se encontram estabilizados fornece aos profissionais de ensino informação extremamente relevante sobre o que são materiais legíveis nos primeiros anos de escolaridade e sobre aspectos da

estrutura e funcionamento da língua que exigem um ensino que estimule a sua aquisição.

Quando se procura caracterizar estados intermédios de conhecimento da língua no *developmental path*, é particularmente importante ter consciência de que os dados linguísticos são indirectos, i.e., usando uma metáfora, são “janelas” abertas sobre o conhecimento da língua ou sobre os processos mentais de compreensão e de produção de discursos e textos. Assim, são necessários procedimentos rigorosos de recolha de dados que envolvem ou longas recolhas longitudinais, no caso em que se trabalha sobre produção espontânea, ou a construção de desenhos experimentais em que se combinam tarefas de juízos de gramaticalidade, tarefas de compreensão e tarefas de produção provocada e, claro, se têm em conta resultados de investigação sobre fenómenos análogos em outras línguas obtidos através de procedimentos de recolha semelhantes.

Continuando a considerar o contexto educativo, recordemos um dos princípios gerais enunciados por Violeta Demonte para a formação do padrão: a redução, tão drástica quanto possível, da distância entre a língua oral e a língua escrita.

Se este princípio dificilmente pode evitar-se quando se trata de construir um objecto de estudo que se pretende que funcione como uma *koiné*, é duvidoso que a sua aplicação seja produtiva quando pensamos naquilo que a descrição gramatical deve oferecer no contexto educativo.

Com efeito, neste contexto, a descrição gramatical tem de proporcionar uma sistematização das propriedades que distinguem o modo oral (informal) do modo escrito. Num livro que já é um clássico, publicado em 1984, Katherine Perera explicita as grandes diferenças entre modo escrito e modo oral no que se refere à estrutura gramatical e à organização discursiva (Perera, 1984: 182-200). Na sua tese de doutoramento, Castellà Lidon (2001: 84) sintetiza-as do seguinte modo:

| |
|---|
| <p>1. Differences related to physical production</p> <p>1.1. <i>High redundancy in speech</i>: false starts, incomplete utterances, hesitations, repetitions, rephrasing, fillers such as <i>well</i> and <i>you know</i>, voiced pauses (usually written <i>er</i> or <i>um</i>), coordination.</p> <p>1.2. <i>Low redundancy in writing</i>: non-finite subordinate clauses, ellipsis of common elements elsewhere in the discourse, nominalizations, attributive adjectives, subordination.</p> <p>2. Differences related to situational factors</p> <p>2.1. <i>Context-dependence in speech</i>: pronouns, context-dependent ellipsis, <i>yes/no</i> questions, tags, <i>wh</i>-questions.</p> <p>2.2. <i>Autonomy in writing</i>: long subject noun phrases, anonymous style.</p> <p>3. Differences related to functional contrasts</p> <p>3.1. <i>Informality in speech</i>: intimacy signals (<i>you know, you see, well</i>), contractions, <i>this</i> and <i>these</i> for indefinite reference, clause completers (<i>like and that</i>).</p> <p>3.2. <i>Formality in writing</i>: formal relatives, impersonal use of the passive.</p> <p>4. Differences related to absence of prosodic features in writing</p> <p>4.1. <i>End-focus</i> (emphasizing elements that occur clause-finally): passive, cleft sentences.</p> <p>4.2. <i>Emphasis</i>: interrupting constructions (delaying the completion of the basic clause pattern).</p> <p>4.3. <i>Thematic prominence</i>: change of word order.</p> |
|---|

Uma descrição gramatical que minimize estas diferenças não constitui um bom instrumento nas mãos dos profissionais a quem cabe a tarefa de conduzir e monitorizar a aprendizagem da língua escrita, na dupla vertente da leitura e da produção textual, pelas crianças e pelos jovens.

No caso da produção textual, tanto produções escritas iniciais que revelam dificuldades na própria segmentação das palavras (cf. (1)) como problemas graves de textualização em estudantes do ensino universitário (cf. (2)) constituem ampla evidência da influência do modo oral informal na escrita.

- (1) Eles foram visitar o zamigos.
- (2) Umberto Ecco com este seu ponto de vista, quer apenas demonstrar em como a instituição escola é um centro de saber. Quer demonstrar que não é apenas um espaço de lazer. Visa demonstrar que o pluralismo de temáticas ensinadas ajuda os alunos, que são o futuro dos países. Sendo que a sabedoria não ocupa lugar. Umberto Ecco quer demonstrar essa velha máxima.

É numerosa a investigação que tem mostrado que, sem uma reflexão orientada para a tomada de consciência das distinções entre modo oral e modo escrito, não conseguiremos formar leitores fluentes nem escritores experientes. Em particular, não seremos capazes de levar as crianças e os jovens a desenvolver competências essenciais para o seu sucesso escolar, como são, por exemplo, as da escrita académica. Como afirma Herriman (1999: 167-8):

(...) The properties of academic text – notably its tightness of syntax, non-repetitiveness (nonredundancy), syntactic balance, linearity, thematic development, and relative freedom of context – contrast with the properties of utterance, which does not necessarily require any of the above and in some cases gains power from repetition, inventiveness, nonlinearity and looseness of syntax (i.e., violations which are semantically noncritical). A person aware of these distinctions and able to apply them to comprehension and production of academic text has a high level of metalinguistic awareness.

Como caracterizar então o estado estável de conhecimento da língua atingido por um falante adulto escolarizado, leitor fluente e escritor experiente? Uma das hipóteses é considerar que ele possui um sistema de conhecimento da língua, em parte adquirido, em parte aprendido, com “módulos” alternativos, que mobiliza em função do contexto. É esta a hipótese assumida, por exemplo, em Adger & Smith (2005) e em Adger & Ramchand (2005: 3):

(...) One approach (...) is to take I-languages to be constituted so as to provide a range of variant forms for a particular meaning. These forms may then be chosen by a speaker in making an utterance. In the absence of other factors, we will find a randomized distribution; however, register, age, social class and psycholinguistic factors may affect this distribution in complex ways.

De acordo com esta perspectiva, os juízos de gramaticalidade, operações cognitivamente muito complexas que envolvem processamento, fenómenos observáveis, informação declarativa e procedimental, são condicionados de uma forma relativamente rígida por variáveis sócio-geográficas e indexados a variáveis de modo e contexto situacional. Eles reflectirão um sistema extremamente complexo de conhecimento, biologicamente determinado no *hardware* e no sistema operativo que o suporta e, simultaneamente, capaz de acolher *software* compatível, seleccionado em função de variáveis externas.

É hora de terminar.

Tentei mostrar que o estado actual de conhecimentos sobre a linguagem e as línguas nos obriga a ter consciência da complexidade envolvida no conceito de gramática. Se o que pretendemos com a descrição gramatical é caracterizar as propriedades que permitem a intercomunicação em comunidades linguísticas alargadas que partilham o que hoje é moda chamar língua global, é essencial levar a sério o problema da formação do padrão. Se o nosso objectivo é proporcionar descrições gramaticais que contribuam para o desenvolvimento linguístico pleno das crianças e dos jovens, a atenção às especificidades dos modos oral e escrito e dos seus géneros, a investigação sobre aquisição e desenvolvimento da língua, e a procura de correlações entre propriedades gramaticais e variáveis de modo e de contexto são essenciais.

Navegando em plena complexidade, nesta fascinante aventura de descoberta de uma parte essencial de nós próprios, das comunidades a que pertencemos e da espécie humana, de uma coisa podemos estar certos: como afirmava Said Ali há precisamente um século,

(...) Nem a assignatura do autor de um trecho – ou a do grammatico – é o bastante para legitimar a defesa ou condenação de doutrinas controversas, nem as passagens que citamos podem ser encaradas systematicamente como entidades independentes do contexto.

(Said Ali, 1908: IV)

Referências

- AA. 1987. *Português Fundamental. Métodos e Documentos*. Tomo 1. Lisboa: INIC, CLUL.
- Adger, D.; Smith, J. 2005. Variation and the Minimalist Program. In Cornips & Corrigan (orgs.) *Syntax and Variation: Reconciling the Biological and the Social*. John Benjamins: 149-178. Citado a partir de: <http://webpace.qmul.ac.uk/djadger/publications/adger-smith.pdf>
- Adger, D.; Ramchand, G. 2005. Dialect Variation in Gaelic Relative Clauses. *Linguistic Inquiry*, 36 (4): 663-675. Citado a partir de: <http://webpace.qmul.ac.uk/djadger/publications/adger-ramchand-rnag.pdf>
- Benincà, P. 1993. Sintassi. In Sobrero (org.) *Introduzione al Italiano Contemporane. Le Strutture*: 247-290. Roma-Bari: Laterza.
- Castellà Lidon, J. 2001. *La Complexitat Lingüística en el Discurs Oral i Escrit: Densitat Lèxica, Composició Oracional i Connexió Textual*. Universidade Pompeu Fabra: Tese de doutoramento.

- Costa, A. L. 2003. Aspectos das Construções de Relativização no Português do Século XV. In Freitas, M.J.; Mendes, A. (orgs.) *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*: 409-420. Lisboa: APL.
- Cuesta, P. V; Luz, M.A. M. 1971. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70. 1980.
- Cunha, C.; Cintra, L. F. L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Demonte, V. 2004. La Esquiva Norma del Español. Sus Fusiones e Relaciones con la Variación e el Estándar. In Alvarez, R.; Monteagudo (orgs.) *Norma Lingüística e Variación*: 13-29. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Instituto da Língua Galega.
- Epiphany da Silva Dias, A. 1918. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 5.^a edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1970.
- Herriman, M. 1999. Literacy: Metalinguistic Awareness. In Spolsky (org.) *Concise Encyclopedia of Educational Linguistics*: 166-171. Amsterdão: Elsevier.
- Jespersen, O. 1924. *The Philosophy of Grammar*. 8.^a edição. Londres: George Allen & Unwin. 1958.
- Perera, K. 1984. *Children's Writing and Reading. Analysing Classroom Language*. Londres: Blackwell. 1994.
- Peres, J. A.; Mória, T. 1995. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinker, S. 1994. *The Language Instinct. How the Mind Creates Language*. Nova Iorque: William Morrow.
- Reis Lobato, A. 1770. *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Said Ali, M. 1908. *Difficuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, S. Paulo: Laemmert & C.
- Taylor, A. 1994. Variation in Past Tense Formation in the History of English. In Izvorski et al. (orgs.) *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 1: 143-159.
- Vasquez Cuesta, P.; Mendes da Luz, M. A. 1971. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.